

Moções consensuais aprovadas no 15º Conselho Nacional de Entidades de Base da União Nacional dos Estudantes

Salvador, 10 de Fevereiro de 2019

Moção 1

A União Nacional dos Estudantes lamenta o término do Termo de Cooperação estabelecido entre o Estado brasileiro, através da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), e Cuba, que concretizou a vinda de cerca de 20 mil trabalhadores ao nosso país e agradecem estes médicos que nos últimos cinco anos, foram tão solidários à cultura brasileira e as especificidades de nosso povo.

O Mais Médicos é um programa lançado pelo Governo Dilma. Segundo o Ministério da Saúde da época, os profissionais brasileiros tiveram prioridade no preenchimento das vagas ofertadas. A primeira fase, destinada à inscrição de médicos formados no Brasil ou que já tinham autorização para atuar no país para trabalharem nos locais onde há poucos profissionais, atendeu apenas 6% da demanda, deixando o percentual restante de vagas abertas para médicos estrangeiros.

Esse programa contribuiu para a cobertura de regiões historicamente vulnerabilizadas do Brasil como a Norte, o Sertão Nordestino, Comunidades Quilombolas e Aldeamentos Indígenas, além das periferias de grandes centros urbanos e municípios em situações de extrema pobreza, dentre eles 700 municípios que não possuíam nenhum médico, constituindo uma grave questão de saúde pública, como à época apontavam o Conselho Nacional de Saúde e a Frente Nacional de Prefeitos.

Compreendemos a retirada dos médicos cubanos como ato de dignidade frente às graves ameaças do presidente eleito. A juventude brasileira organizada neste CONEB, consciente dos cortes previstos na EC 95 do teto dos gastos, a qual precariza ainda mais nossos serviços de saúde, fundamenta-se no legado de extremo compromisso com a saúde pública deixado pelos amigos cubanos, grandes em profissionalismo, capacidade e técnica e principalmente, gigantes em humanidade e seguirá na luta por alternativas urgentes para estes municípios, por um Sistema Único de Saúde de fato Público, estatal e de qualidade para todos e todas.

Moção 2

Nota do Conselho Nacional de Entidades de Base sobre a suspensão de atividades do hospital odontológico da UFU

A Universidade com qualidade que buscamos unifica atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão para a formação de cidadãos e profissionais capacitados para cumprir suas funções em prol da população. Nesse sentido, as atividades realizadas nos hospitais universitários estabelecem um vínculo importante entre os estudantes de cursos da área da saúde com a população, que recebe atendimento gratuito para suas necessidades.

O Pronto Socorro odontológico da Universidade Federal de Uberlândia funcionava, até dezembro de 2018, como um espaço de unificação do tripé da Universidade. Eram realizados atendimentos odontológicos em diferentes níveis de complexidade pelos estudantes, se destacando por ser um dos únicos pronto-socorros odontológicos vinculados à universidades do Brasil, servindo como lugar de grande aprendizado e desenvolvimento da prática profissional não só para estudantes da UFU mas também para alunos de outras instituições de todo o país que cursavam o estágio de férias.

O atendimento para as demandas de baixa à alta complexidade eram feitos 24 horas por dia, 7 dias por semana, sempre supervisionados por docentes escalados em plantões de 12h.

No entanto, em dezembro de 2018, as atividades tiveram de ser suspensas pelo fato do Ministério do Planejamento ter determinado que não fosse mais pago o Adicional de Plantão Hospitalar (APH) aos professores em regime de Dedicação Exclusiva (DE) por este não estar previsto na lei 12.772/2012.

Uma vez que 29 dos 32 plantonistas são contratados em regime de Dedicação Exclusiva, sem possibilidade de substituição, os estágios em Pronto Atendimento foram inviabilizados.

Os Diretórios Acadêmicos reunidos em Salvador repudiam qualquer forma de precarização do ensino e com isso, se manifestam contrários à medida do Ministério do Planejamento, uma vez que essa prejudica e muito não só o desenvolvimento do aluno enquanto profissional da saúde mas também o atendimento às demandas da população da região.

Moção 3

Nota de Repúdio

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás,

Vimos por meio desta demonstrar com veemência o nosso repúdio às recentes notícias sobre o corte de verbas na educação, visto que a Universidade Estadual de Goiás já passou por grande dificuldade no ano de 2018.

Essa decisão foi divulgada por meio do Ofício Circular N 1/2019- REIT-06537 de 7 de janeiro de 2019 que informa a redução orçamentária da universidades com números bem inferiores do que o proposto pela secretaria central da mesma.

O ofício recebido pela comunidade acadêmica nos deixou a par de que no ano passado, o governo do Estado de Goiás iniciou o processo de construção da proposta orçamentária de seus órgãos e entidades. A UEG elaborou proposta orçamentária de R\$ 329.784.658,00 (trezentos e vinte e nove milhões e setecentos e oitenta e quatro mil e seiscentos e cinquenta e oito reais). Contudo, a Secretaria de Gestão e Planejamento (Segplan) disponibilizou uma cota a menor em R\$ 61.665.000,00 (sessenta e um milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil reais). A reitoria então questionou esse procedimento, conforme pode ser constatado no Ofício nº 868/2018 SEI - UEG (Processo SEI n. 201800020013229).

Posteriormente, após análise da diretoria central da universidade a versão da proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) encaminhada pelo governador à Assembleia Legislativa, verificou-se que houve adicionalmente uma redução na cota relativa ao grupo “pessoal e encargos sociais” (que já era insuficiente) na ordem de R\$ 66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de reais), o que aumentou o déficit previsto para 2019 para R\$ 127.665.000,00 (cento e vinte e sete milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil reais).

Novamente, assim que a universidade tomou ciência da proposta orçamentária encaminhada à Assembleia Legislativa, enviou-se então um ofício para o então governador (Processo SEI n. 201800020015760), para o governador eleito, para o secretário de Planejamento e para todos os parlamentares da Assembleia Legislativa (esses últimos no formato físico), no qual foi explicada a situação da UEG e desta forma foi solicitada ações

no sentido de alterar a proposta orçamentária para a Universidade. Pessoalmente o Reitor da universidade contatou o então Chefe do Executivo, conversou também com o vice-governador eleito e com vários parlamentares a respeito da questão. Essa ação fez com que a solicitação da UEG fosse lida na Comissão de Orçamento da Assembleia, sem, no entanto, decorrer disso alguma emenda à peça orçamentária.

Para ficar mais clara a situação, a proposta inicial de R\$ 329.784.658,00 (trezentos e vinte e nove milhões e setecentos e oitenta e quatro mil e seiscentos e cinquenta e oito reais) representa uma proposta orçamentária que contemplaria todas as necessidades da UEG, principalmente na parte de investimentos, com recursos suficientes para a realização de todos os aportes voluntários e contrapartidas necessárias para a execução de todas as emendas parlamentares e convênios firmados pela Universidade.

Atualmente a Universidade conta com 41 campus distribuídos por todo o Estado de Goiás com mais de 100 cursos de graduação, além dos cursos de pós-graduação, trazendo para os moradores de goiás e também para os de outros estados a oportunidade de um curso superior gratuito e de qualidade.

Esta medida desrespeita toda a comunidade universitária visto que com a diminuição a universidade poderá continuar com suas atividades somente até o mês de agosto do ano corrente, sendo ainda impossível realizar atividades em nossos laboratórios já que os mesmos faltam reagentes, manutenção de equipamentos e materiais para as aulas.

Além dos fatos acima citados cabe destacar que no ano de 2018 no segundo semestre a universidade precisou cortar seus gastos internos com impressões, visto que faltava papel até mesmo para impressão de provas, sendo assim tornasse claro que a diminuição de investimentos se torna inviável no atual momento.

Em nome do direito a educação para a democracia, solicitamos a revogação das determinações do referido Ofício.

Moção 4

Os alunos, representantes do Centro Acadêmico Bilingue de Pedagogia (CABIP) DESU/INES, vem a público manifestar repúdio à nomeação feita pelo Ministro da Educação, Sr. Ricardo Vélez Rodríguez, na portaria nº 106, de 16 de janeiro de 2019, para o cargo de Diretor geral do Instituto Nacional de Educação de surdos (INES) já que a nomeação feita não atendeu à comunidade que participou de um processo legítimo para eleger sua representação.

Durante o período de campanha a ASSINES, sindicato que representa os servidores do INES, apresentou aos candidatos à direção do instituto uma carta, redigida coletivamente em assembleia, onde constava o compromisso de cada candidato a não assumir o cargo caso não fosse eleito por maioria de votos. Este documento foi assumido publicamente pelas chapas 1, 2 e 4.

Lembramos também que em agenda de campanha com os alunos e servidores no Departamento de Ensino Superior do Instituto (DESU) este compromisso também foi registrado. Ao final do processo eleitoral constatou-se que a chapa vencedora, com 40% dos votos, foi a chapa 1.

A chapa 4, nomeada pelo MEC, contou com apenas 30% dos votos válidos, enquanto a chapa vencedora contou com 40% dos votos válidos. A princípio, o professor Paulo André Martins de Bulhões assinou um e-mail direcionado a ASSINES onde reafirmou seu compromisso anteriormente firmado com a democracia. Reiterou seu respeito aos votos contabilizados na apuração da eleição e que por isso não assumiria o cargo não tendo sido eleito pela maioria. Poucos dias após, mais uma vez, ter se comprometido a respeitar o processo democrático estabelecido e os eleitores integrantes do instituto, o professor e os integrantes da chapa 4 voltaram atrás com sua palavra e seu compromisso firmado tendo então assumido publicamente o cargo afirmando este ser um direito por ser um mecanismo do sistema.

Este chamado “mecanismo do sistema” se mostra uma ferramenta arbitrária que interfere diretamente da autonomia do instituto em escolher seu representante e muito nos preocupa que este mecanismo seja validado pelo Ministério da Educação. Tememos pelo futuro do INES, das instituições públicas educacionais e, com isso, nos preocupamos o rumo que o país segue.

Uma falsa narrativa tem tomado força no INES e nela tratam o caso como um problema de imposição da vontade de ouvintistas a surdos e isso não condiz com a realidade. O uso do discurso identitário tem sido disseminado de maneira leviana e demagógica apenas contribui para tirar o foco do real problema, inclusive penalizando muitos surdos da instituição.

Entendemos que uma nomeação que desrespeita a maioria de votos fere os princípios democráticos, algo que entendemos ser de extrema importância em todas as

instâncias de uma sociedade que vive em um regime democrático, sobretudo após uma longa história de 21 anos de imposições em um regime de ditadura civil militar.

Por todas estas questões reiteramos nosso repúdio ao desprezo à democracia demonstrado pelo Ministro da Educação, Sr. Ricardo Vélez Rodríguez e pelo professor Paulo André Martins de Bulhões, que hoje responde pelo cargo de Diretor-Geral do INES sem ter sido eleito para tal. A democracia é um direito que não abriremos mão e pelo qual sabemos que vale a pena lutar.

Moção 5

Moção de solidariedade à greve dos servidores municipais de São Paulo

Os servidores municipais entraram em greve no último dia 04 pela revogação da Lei municipal 17.020, que trata da reforma da previdência na capital paulista e cria o Sampaprev. Eles são contra o confisco salarial arquitetado por João Doria e executado agora por Bruno Covas, atual prefeito de São Paulo.

Essa greve é um ponto de apoio para a luta nacional contra o projeto de contrarreforma da previdência do governo Bolsonaro que atingirá principalmente a juventude (como afirmou o ministro Paulo Guedes) retirando garantias trabalhistas e destruindo o emprego e a aposentadoria.

A UNE se solidariza e compreende que ao lado dos sindicatos e das centrais que fazem a defesa da previdência devem estar os estudantes em defesa do nosso futuro. Toda força a luta dos servidores municipais em São Paulo – SP para revogar a lei municipal reforçando a luta nacional.

Moção 6

Moção sobre o Crime da Vale em Brumadinho

Na tarde do dia 25 de janeiro deste ano de 2019, ocorreu na cidade de Brumadinho (MG), um grave crime ambiental e humanitário de desastrosas proporções: o rompimento da barragem da Mina do Feijão, uma barragem de rejeitos minerais da empresa Vale, mineradora multinacional brasileira. Até o momento foram contabilizados 150 mortos e 182 desaparecidos. Isso sem contar com os impactos que se desdobram a curto, médio e longo prazo, como o que se tem com relação à contaminação de nascentes da bacia do

Rio São Francisco.

É importante ressaltar que tal ocorrido não foi eventual acidente, como esta empresa, o governo do estado e a grande mídia têm articulado para transparecer à sociedade. O que aconteceu foi, na realidade, um crime que se deu tanto por exacerbada ganância de seus autores, quanto por omissão com relação aos riscos iminentes que estavam postos.

Ressaltamos que este não foi o primeiro e nem será o último crime deste tipo. O mais recente crime, anterior a este, fora o da empresa Samarco na cidade de Mariana-MG, em novembro de 2015. 3 anos se passaram e este já é o quarto ano sem respostas, sem amparo aos atingidos e sem justiça!

Diante disso, exigimos necessária e urgente apuração do crime, investigação e consequente punição dos responsáveis, proporcional reparação aos danos causados, e também que seja garantido às vítimas e familiares atingidos: cuidado, indenização e justiça!

E reforçamos: não foi acidente! Foi mais um dos escancarados impactos de um movimento privatizante que atropela vidas, ignora questões ambientais e entrega nossa soberania nacional de mãos beijadas ao imperialismo.

Moção 7

Moção sobre a restrição do passe livre no DF

No ano que marca os 10 anos da conquista do passe livre estudantil no Distrito Federal, o governador Ibaneis apresentou um projeto de lei que restringe essa conquista. Hoje, todos os estudantes podem ter acesso a esse direito.

Ibaneis é um dos braços direitos do governo Bolsonaro e está implementando seu pacote de ajuste neoliberal. Sua proposta é acabar com o passe livre pra estudantes de escolas privadas e diminuir o número de viagens de todos. Ainda assim, muitos que estudam em escolas particulares só o fazem com muito aperto nas contas em casa e endividamento. Na prática, quem será afetado por essa medida são os estudantes mais pobres, que não tem como gastar 10 reais ou mais por dia com transporte.

Ao invés de restringir o passe livre, Ibaneis deveria ampliá-lo para todos os jovens, para os desempregados e para a população. Ibaneis, se está preocupado em economizar, deveria mexer nos lucros dos empresários do ramo. O transporte é um direito, e todas e todos devem poder estudar, trabalhar e ter acesso ao lazer e à cidade.

Moção 8

Moção Observatório de Direitos Humanos em todos os cantos

A conjuntura em que estamos passando durante e pós eleição de Bolsonaro, interfere diretamente nas nossas vidas. A perda da vereadora Marielle Franco, que foi assassinada brutalmente no Rio de Janeiro; o assassinato do Mestre Moa do Katendê; a prisão de Rafael Braga, encarcerado por conta de portar material de limpeza e o escândalo internacional da prisão ilegítima do ex-presidente Lula.

Violências que afrontam pouco a pouco a vida e existência da população brasileira. Nesse sentido, torna-se necessário que os direitos humanos estejam sempre em observação, para manter a sua vigência e colaborar com a sua continuidade discursiva e material.

É nessa conjuntura que as universidades e instituições precisam se manter fortes e estruturadas para combater as diversas violações aos direitos humanos e, também, possibilitar a pesquisa, ensino e extensão em torno do ganho de direitos. Na Universidade Federal da Bahia há um movimento, articulado por estudantes e professores, que compreendem essa necessidade do fortalecimento institucional da temática dos direitos humanos, principalmente em tempos de ódio, com o objetivo de articular a criação de um Observatório de Direitos Humanos na UFBA.

São estratégias como essa que fortalecem a existência das negras, LGBTQs, indígenas, quilombolas e mulheres na Universidade. A criação de Observatórios de Direitos Humanos nas Universidades possibilitarão a discussão de temas referentes a vida da população trabalhadora e dos direitos dos estudantes e deve ser um dos horizontes para as universidades nesse próximo período.

Moção 9

Moção de apoio dos estudantes brasileiros à Venezuela

Os estudantes brasileiros, reunidos no 15° CONEB e na 11° Bienal da UNE, expressam sua solidariedade irrestrita ao povo venezuelano em um momento duro de sua história.

Vimos nos últimos dias uma tentativa de substituição no poder, ilegítima e influenciada pelo imperialismo norte-americano, encabeçada por Juan Guaidó, um dos líderes da oposição de direita ao governo.

Essa tentativa é mais um ataque organizado pelo imperialismo no nosso continente. A América Latina sofre uma conjuntura de retrocessos e não permitiremos que essa intervenção continue. Tampouco aceitaremos que o governo brasileiro apoie essa iniciativa, em mais uma sinalização de submissão do Brasil aos EUA. Bolsonaro tem indicado que aceitará os desmandos de Trump sobre a América Latina, fomentando uma política intervencionista e beligerante.

Entendemos que a Venezuela deve ser um país livre e que o direito à sua autodeterminação e soberania nacional deve ser garantido. Os venezuelanos têm o direito de determinar sua própria política e os rumos de seu país.

Não aceitaremos a ingerência estrangeira ou tentativas golpistas de trocar o governo por uma cúpula artificial golpista apoiada pelos Estados Unidos. Defendemos uma cultura de paz entre os povos e de solidariedade entre os trabalhadores de todos os países! Dizemos não à guerra intervencionista e imperialista.

Toda solidariedade ao povo venezuelano!

Fora o imperialismo da América Latina!